

Plano de Carreira entra em tramitação

O Plano de Carreira dos professores e auxiliares da Educação deverá ser votado pela Câmara Legislativa até o final de novembro. Conforme prometido, a líder do governo, Eurides Brito (PMDB), protocolou ontem o projeto. A medida estava na dependência do reajuste do Fundo Constitucional do DF.

O objetivo é que a votação não avance pelo mês de dezembro, dedicado, normalmente, às discussões sobre o

orçamento do governo para o ano seguinte. "Não aprovar este projeto neste ano seria uma catástrofe. Se dependesse de mim, o Plano de Carreira seria votado, no máximo, em quinze dias", assegura Eurides Brito. "Mas é preciso obedecer aos trâmites, que incluem a apresentação de emendas", pondera a deputada.

Se depender da bancada do PT e dos sindicatos dos professores (Sinpro/DF) e dos auxiliares em administração esco-

lar (SAAE), emenda é o que não vai faltar. Ontem, os docentes da rede pública participaram de assembleias setoriais em Ceilândia, Sobradinho, Plano Piloto, Guará, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Riacho Fundo, Samambaia e Paranoá para avaliar o projeto do governo e definir os itens que tentarão modificar.

De acordo com Augusta Ribeiro, secretária de imprensa do Sinpro, a idéia é que os deputados proponham emendas

à carga horária de trabalho e aos processos de progressão e promoção funcional. Já o secretário-geral do SAAE, João Solano Júnior, tentará alterar, por meio dos deputados, as regras para a concessão das gratificações de titularidade. "Ficaram diferentes do que havíamos negociado com o governo", afirma ele.

A deputada Arlete Sampaio (PT) disse que a proposta precisa ser aperfeiçoada em vários aspectos. Um deles seria em

relação aos aposentados com 25 anos de magistério, categoria que, segundo ela, não foi contemplada. "Vamos propor a realização de uma audiência pública para ouvir os segmentos envolvidos", adiantou.

A proposta passará pelas comissões de Educação e Saúde, de Assuntos Sociais, de Economia, Orçamento e Finanças e de Constituição e Justiça. Só depois de percorrer estes caminhos é que segue para votação em plenário.